



A REPRODUÇÃO DO CAPITAL E O CANAL DO SERTÃO EM ALAGOAS

LA REPRODUCCIÓN DEL CAPITAL Y EL CANAL SERTÃO EN ALAGOAS

Wanubya Maria Menezes da Silva ¹

Andréia Reis Fontes ²

Josefa de Lisboa Santos ³

RESUMO

Este trabalho elabora, a partir da teoria do valor e da reprodução ampliada do capital em Marx, uma reflexão acerca do processo de apropriação privada da natureza, evidenciando a territorialização e monopolização do capital como o momento da espoliação. A abstração de tal processo é realizada a partir do estudo dos usos das águas do Canal do Sertão em Alagoas, um canal artificial de transposição das águas do rio São Francisco que foi idealizado em meio à crise da década de 1980 e executado dentro do Estado neoliberal que emerge no Brasil na década de 1990. Com 250 km de extensão que cortam todo o semiárido alagoano, chegando até o agreste, o Canal do Sertão tem intensificado o processo de monopolização do território sertanejo, conjugando o semiárido à lógica mundializada de capitais.

Palavras-chave: Apropriação, Canal do Sertão, Natureza, Rio São Francisco, Semiárido.

RESUMEN

Este trabajo elabora, partiendo de la teoría del valor y la reproducción ampliada del capital de Marx, una reflexión sobre el proceso de apropiación privada de la naturaleza, destacando la territorialización y monopolización del capital como el momento del despojo. La abstracción de este proceso se realiza a partir del estudio de los usos de las aguas del Canal del Sertão en Alagoas, un canal artificial para la transposición de las aguas del río São Francisco que se concibió en medio de la crisis de los años 1980 y ejecutado dentro del estado neoliberal que surgió en Brasil en la década de 1990. Con 250 km de longitud que atraviesa la región semiárida de Alagoas, llegando a la naturaleza, el Canal del Sertão ha intensificado el proceso de monopolización del territorio sertanejo, combinando el semiárido con la lógica globalizada del capital.

Palabras clave: Apropiación, Canal del Sertão, Naturaleza, Río São Francisco, Región Semiárida.

¹Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, wanubya.silva@gmail.com;

²Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe- UFS, andrea.fontes@hotmail.com;

³Professora do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, josefalisufs@gmail.com;



INTRODUÇÃO

É preciso considerar a história da conformação da sociedade de classes como o momento de ruptura da sociabilidade dos homens e mulheres com a natureza. A divisão social do trabalho, consequência da apropriação privada, passa a mediar quem, como e aonde se realizam as atividades objetivadas em valores de uso e de troca. Nesse sentido, elaborar uma reflexão acerca da apropriação da natureza é evidenciar a questão ecológica dentro de uma abordagem materialista do modo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Portanto, pensar a história do capital é elaborar a síntese das multideterminações da 'crise ambiental'.

A lume da reflexão que se propõe, resgatamos o momento determinante que engendrou o surgimento da sociedade burguesa, isto é, a violenta ruptura metabólica entre os camponeses e a natureza na Europa, sentenciando a expropriação dos meios objetivos de vida dos pobres do campo, originando a chamada acumulação primitiva. Esta, longe de ser um mero registro da história do capitalismo Europeu é, na verdade, a base da sua reprodução em escala ampliada, ocorrendo por toda a parte onde o modo capitalista de produção estendeu seus tentáculos. Esse processo, que no limiar do nascimento do modo de produção burguês, expropriou e transformou o território camponês (na Europa) em terra para a criação de ovelhas e produção de lã das indústrias nascentes, se expandiu de forma exponencial para outros continentes e, na América, expropriou camponeses e indígenas, convertendo o valor-de-uso dos territórios em valor-de-troca, fazendo da natureza e todos os seus recursos mercadoria, conjugada à força de trabalho de homens e mulheres pobres expropriados das suas condições objetivas de reprodução social, que passaram a compor a grande massa de trabalhadores que gravitam em torno das ofertas de trabalho nos centros do capitalismo.

É este o complexo arranjo que sustenta o desenvolvimento do capitalismo e todo o processo de acumulação de capitais. Ao mesmo tempo, a reprodução continuada do capital significa a reprodução continuada do espaço e, por isso mesmo, a mercantilização da natureza e seus recursos. Portanto, falar em crise ambiental é colocar em flagrante o próprio modo de apropriação e reprodução do capital; é a lógica da acumulação que reifica a natureza e a aliena em forma de valor. A mobilidade do capital orienta uma apropriação/reprodução continuada do espaço, de forma a manter a taxa média de lucro e superar os momentos de crise, portanto, entendemos que, desde a sua origem, o sistema metabólico do capital tem se alimentado da degradação, do saque e da pilhagem dos ecossistemas.

É salutar considerar que, na América Latina, o consenso de Washington pactuou um avanço predatório sobre o trabalhador, mas também sobre a natureza. No final da década de



1980, as medidas neoliberais nos Estados recém democráticos da região, intensificaram a exportação de capitais e a flexibilização das fronteiras nacionais, aprofundando a partilha dos territórios pelos grupos dominantes e a disputa pela hegemonia na acumulação do capital. Este plano, gerido pela aliança internacional da burguesia, possibilitou a reprodução ampliada do capital e uma reprodução continuada do espaço que vem se dando, desde então, na apropriação privada da natureza, revertida de riqueza biológica e social, meio e condição da própria existência humana, em mercadoria.

Na lógica formal dada pelo mercado financeiro aos recursos, a terra, o minério e a água são elevadas a artigos importantes na disputa imperialista de acumulação. Portanto, não é de se estranhar que o Canal do Sertão, em Alagoas, tenha sido projetado dentro desta totalidade. Pensado em meio à reestruturação produtiva do capital da década de 1980 e sendo executado a partir de 1992, o canal passa a corresponder a dialética do modo de produção capitalista. Carregando por 250 km do seu 'leito' um recurso estratégico de produção do campo, a água, o semiárido alagoano tem reestruturado o seu sistema agrícola e seu modo de produção, onde antes tinha apenas a baixa média pluviométrica como fonte de irrigação. O que podemos inferir, portanto, é que o Canal do Sertão tem sido projetado pelo Estado alagoano como objeto catalisador da demanda do capital externo em busca da reprodução para a acumulação. O esforço de abstração que pretendemos aqui, portanto, é realizar uma reflexão acerca da dinâmica mundializada de capitais a partir da apropriação privada das águas do rio São Francisco via Canal do Sertão, compreendendo esta como um momento do avanço da lógica do capital-imperialista do período neoliberal sobre a natureza, colocando o Sertão alagoano na direção da acumulação mundializada por meio da expropriação e/ou monopolização do território.

METODOLOGIA

O método que orientou a produção deste trabalho foi o materialismo histórico e dialético, observando as relações concretas que dão propriedade ao objeto investigado, e do qual emergem as categorias ontológicas que dão substância à dinâmica das multideterminações que o realizam. Assim, para este trabalho foi fundamental o estudo da teoria do valor e da reprodução ampliada de Marx, apresentadas no livro I do Capital, como também os estudos sobre o imperialismo de Lênin, do espaço como produto social de Ana Fani Carlos, do território por Massimo Quaini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira e da financeirização da natureza apresentada por Alexandrina Luz Conceição. Em termos práticos,



esta pesquisa se sustenta na análise de dados fornecidos pelos órgãos do estado sobre os usos da água do Canal do Sertão e as projeções que são realizadas para o mesmo a partir de projetos de capitalização do território via Canal do Sertão. A observação da área inserida neste trabalho e o estudo de tais projetos permitiram pensar no processo dialético de mudança qualitativa no modo de produção que vem vivenciando o semiárido a partir da introdução do Canal do Sertão, como também elaborar uma reflexão acerca da apropriação da natureza que se objetiva na apropriação privada das águas do rio São Francisco.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica que aponta o caminho para pensar a proposta deste trabalho, encontra alicerce nas ideias de Marx (2017), a partir da teoria do valor e dos conceitos reprodução ampliada e acumulação, e em Lênin (2012), ao se defrontar com a acumulação em escala expansiva do capital frente à emergência do imperialismo em meados do século XIX. Nesse sentido, torna-se importante no debate proposto as contribuições de Harvey (2004, 2011) ao trabalhar a reestruturação produtiva do espaço como modelo indissociável à acumulação mundializada de capitais e de Ana Fani Carlos (2011) ao trabalhar a produção e reprodução do espaço numa perspectiva dialética. O debate sobre a apropriação privada da natureza é realizado na perspectiva de autores como Jhon Foster (2005) e Alexandrina Luz Conceição (2021), pensando a crise ambiental como um momento da reprodução expansiva do capital na sua fase financeirizada.

Nos preceitos apresentados, apontamos que a conformação histórica da acumulação capitalista parte da expropriação do produtor dos seus meios de produção. Nesse sentido, o processo cumulativo de capital acontece com base na materialização da acumulação primitiva a partir da expropriação da natureza e seus recursos pelo grupo dominante, em relação ao grupo de homens e mulheres tornados trabalhadores livres. Esse processo transformou o território camponês e indígena em valor de uso privado, deixando para trás o valor simbólico e comunitário de outrora. Em resumo, segundo Quaini (1979), inspirado em Marx, essa marcha que levou homens e mulheres a serem expropriados das condições objetivas da sua reprodução, é a gênese do apartamento da comunidade com a natureza “[...] que em termos geográficos pode ser expressa como progressiva dissociação do homem em relação ao território, após a transformação do território de valor de uso, em valor de troca ou mercadoria” (QUAINI, 1979, p. 66).



Pensamos então que o modo capitalista de produção se realiza em escala expansiva e que, desde a partilha dos territórios por um associado de países capitalistas hegemônicos no início do século XX, há uma constante ampliação da territorialização do capital (LÊNIN, 2011). A mundialização do capitalismo, no entanto, não significou o fim da história nem da geografia dentro dos limites territoriais onde o capitalismo se estabeleceu como sistema dominante. Para continuar mantendo as taxas médias de lucro foi fundamental que a fronteira do capitalismo continuasse avançando dentro e fora das suas delimitações. Nesse gendarme, concordamos com Fontes (2010), ao conjecturar a partir de Marx que:

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A *expropriação primária*, original, de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (FONTES, 2010, p. 44).

A reprodução ampliada do capital, própria do sistema capitalista, passa a se dar de forma mais acirrada com a reestruturação sistêmica capitalista, arrolada em meados do século XIX, com a superação da fase do capitalismo concorrencial e a emergência do capitalismo financeiro e monopolista, conformando a etapa superior do capitalismo, explanada por Lênin (2011) na sua obra ‘o imperialismo, etapa superior do capitalismo’. Em resumo, para Lênin, o capitalismo passa por uma transformação qualitativa em meados do século XIX, quando erige a etapa imperialista do capitalismo, a qual ele caracteriza como a concentração de capital nos bancos à disposição dos industriais como forma de crédito, o que leva a tendência monopolista da produção. Nesse sentido “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LÊNIN, 2011, p. 180).

Ainda, segundo Lênin, nessa etapa, o capitalismo caminhou da fase mercantilista colonialista à “partilha do mundo entre associações de capitalistas” (Lênin, 2011, p. 218), que encontraram, na conquista do território subordinado, recursos naturais e força de trabalho ociosa, prontos à conversão do mais-valor em capital, incorporando numerosos países capitalistas atrasados na dinâmica do capitalismo monopolista. Logo:

Os capitalistas buscavam conquistar a reprodução ampliada do capital – ainda que nas economias nacionais não estivessem encerradas as possibilidades de alcance do lucro médio - através do investimento produtivo em outras nações – majoritariamente, em nações de economias mais atrasadas, diante da complacência



de seus Estados, e do forte protecionismo das economias capitalistas – e investimentos em atividades financeiras. Tratava-se da emergência da fase imperialista do capitalismo (LIMA, 2015, p. 149).

A partilha do mundo, com o soerguimento imperialista do capitalismo, assalta à terra, a natureza e o trabalho em escala ampliada, levando à expropriação violenta de camponeses e comunidades tradicionais, do qual participa do assalto um associado de países capitalistas hegemônicos. É nesta fase em que se arraiga as formas mais radicais da acumulação, que faz do mundo a sua mercadoria.

O desenvolvimento e aprofundamento do capital-imperialismo na crise do capital da década de 1970 erigiu uma marcha de expropriações secundárias que avançam sobre a natureza, esta, cada vez mais monopolizada, mercantilizada e financeirizada nas bolsas de valores de todo o mundo. Nesse sentido, o consenso de Washington foi coercivo para a América Latina, obrigada a derrubar as suas barreiras fiscais, passou a receber remessas de capital internacional, aprofundando a acumulação mundializada e, ao mesmo tempo, o acirramento da crise ambiental. Como Marx (2017) bem lembra, “o trabalho é o pai e a natureza é a mãe de toda a riqueza material”, esclarecendo com isso que a natureza, apropriada privadamente, é a fonte da valorização do valor realizada pelo trabalho. Assim sendo, não existe reprodução em escala ampliada sem a pilhagem da natureza, ou seja, refletir o processo de mundialização do capital é, ao mesmo tempo, denunciar a ação predatória do sistema capitalista sobre esta (FOSTER, 1998). Nessa conjectura, o que temos, portanto, é que:

Na lógica do mercado competitivo a natureza só interessa na medida em que pode ser convertida em valor monetário. Nessa perspectiva, o ar, a água, o solo, a floresta e os animais não são elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico, nem elementos fundamentais na manutenção da vida social, são um conjunto naturalmente produzido de matérias-primas, meios e condições que podem ser utilizados para acumulação única da quantidade que conta, a monetária (FONTENELE e CONCEIÇÃO, 2021, p.78).

O Estado, orientado pela lógica burguesa de acumulação, media a pilhagem da natureza, produzindo e reproduzindo o espaço para atender as demandas do capital. O que se observa é uma verdadeira reestruturação do espaço objetivada na mobilidade do capital e na potencialização do lucro. A expropriação secundária realizada pelo capital, mediada pelo Estado, recria territórios, monopolizando aqueles que antes estavam fora da lógica do capital, fazendo de camponeses, quilombolas e indígenas instrumentos da reprodução do capital (OLIVEIRA, 2016).

Nos anos 1990, o espaço brasileiro passa por um acirramento desse processo, a introdução das políticas neoliberais no Estado reestrutura não só o mundo do trabalho, mas também orienta uma miscelânea de projetos faraônicos em território nacional que ganham



fôlego em 2007 a partir da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do Governo Federal para o desenvolvimento da infraestrutura e crescimento econômico. Nesse contexto, será no Nordeste brasileiro onde se perceberá uma maior intervenção do programa. São relevantes os números de construções e reconstruções de rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, investimento em infraestrutura energética, sendo destaque os projetos hídricos (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2009).

O investimento e a execução dos projetos hídricos pelo PAC teve como destino prioritário a região de clima semiárido brasileiro. O empreendimento, que tem por finalidade a reestruturação hídrica do semiárido, carrega, como sujeito principal do seu incremento, o Rio São Francisco (BRITO, 2016). É a partir dele que gigantescas obras de integração para a reestruturação produtiva do Sertão brasileiro foram e estão sendo empreendidas. Nesse sentido, são destaques o projeto de Integração do São Francisco a partir transposição das águas do rio com a construção de canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, como ainda o Canal do Sertão em Alagoas. Este último, um projeto ainda em fase de finalização, idealizado em 1989, iniciado em 1992 e paralisado por 10 anos, sendo retomado em 2007, quando passou a integrar o PAC, é hoje a segunda maior obra hídrica do Brasil. O Canal do Sertão em Alagoas tem por finalidade transportar as águas do Rio São Francisco por 42 municípios do estado, a partir de um canal artificial que drenará 250 km de terras quando finalizado (SEMARH, 2010).

É nesse sentido que se faz necessário acender um debate acerca da apropriação dos recursos naturais pelo capital, em particular as águas do rio São Francisco dentro do processo de espacialização do Canal do Sertão, observando a política de desenvolvimento rural que permeia as projeções do Estado para o uso das águas do São Francisco, que produz e reproduz espaço e humanidades na cotidianidade, apontando a virtualidade no processo de acumulação capitalista (CARLOS, 2015).

A dinâmica da economia mundializada, de fundamento imperialista, é a da reestruturação do território para receber as suas demandas, não apenas de mercados externos para exportação das suas mercadorias, mas também as de condições de produção mais baratas, como terra, matéria-prima e força de trabalho que possa espoliar, e o Canal do Sertão é virtualmente um meio de produção para acumulação do capital privado, pois “a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida” (OLIVEIRA, 2016, p. 123).



A alta demanda por água no Brasil para fins de irrigação confirma isto, as áreas cultivadas têm sido expandidas e projetos como a Transposição do Rio São Francisco e o Canal do Sertão vem a corroborar com a extensão desse tipo de técnica agrícola, incrementando a produção para o mercado aliada à ideologia da economia-mundo (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2009).

Essa conjuntura apresentada é introduzida dentro de um contexto agrário concentrado. Logo, pensar o Canal do Sertão a partir da reprodução ampliada do capital, erigida a partir da reestruturação técnica do território pelo Estado, criando as condições para a injeção do capital ocioso em uma perspectiva global, representa uma preocupação com o futuro na mercadificação das águas do rio São e com os sujeitos interligados a elas, como condição da reprodução da sua própria vida. Nessa perspectiva, não apenas os ribeirinhos, mas o camponês e a camponesa, o agricultor e a agricultora familiar, o assentado e assentada, visto que, se as águas do Rio São Francisco um dia foram distantes de seu pedaço de chão, se materializam agora como realidade que cortam suas terras, constituindo, nestes, também, novas necessidades e virtualidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apropriação da natureza pelo capital tem intensificado a constante produção/reprodução do espaço. Nesse sentido, é sintomático a execução de projetos faraônicos pelo Estado brasileiro para atender tal demanda, principalmente a demanda por água. Entre estes projetos observamos a construção de barragens, hidroelétricas e canais artificiais de transposição. Como valor social, a água é um bem comum necessário à própria reprodução da existência humana; como demanda de mercado, é objetivada em valor de troca, um produto estratégico da acumulação. Para se ter uma ideia, segundo dados da ANA (2020), a maior demanda hídrica do país (Gráfico 1) é de responsabilidade da agricultura, especialmente a irrigação, com cerca de 50% do total, seguidos do uso doméstico (urbano e rural, 24%), industrial (10%) e dessedentação animal (8,5%), “dessa forma, a água se constitui num importante fator de produção cujos quantitativos, embora variáveis conforme a tecnologia, assumem valores elevados” (BEZERRA, 1997, p.58).

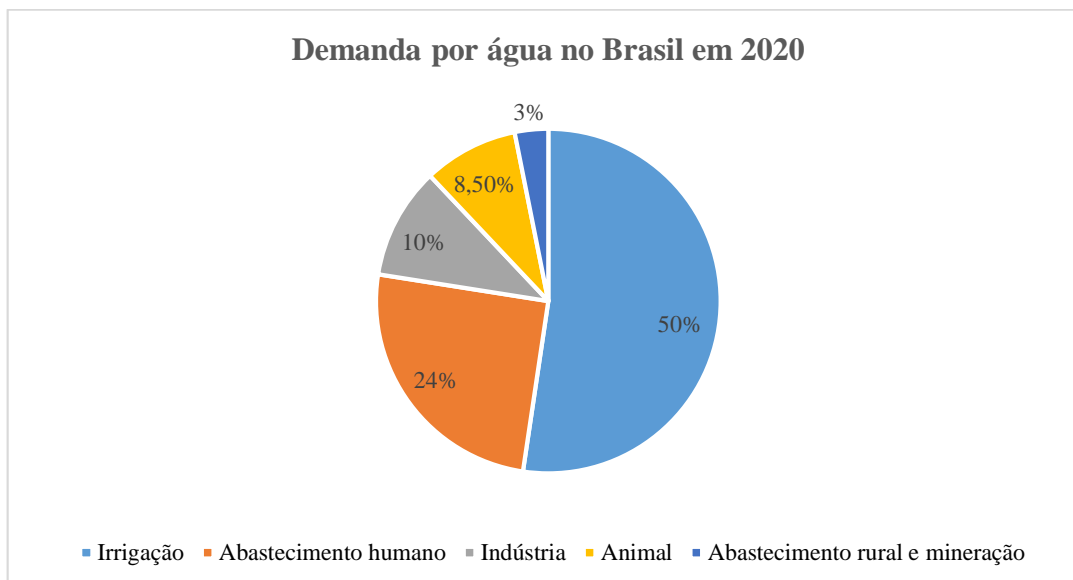


Gráfico 1: Demanda por água no Brasil em 2020.

Fonte: ANA, (2020).

Elaboração: as autoras.

É nessa conjectura que o Canal do Sertão é executado em Alagoas, sendo a maior obra hídrica alcançada pelo Governo do Estado de Alagoas em conjunto com o Governo Federal, sendo a segunda do país, atrás apenas da transposição do São Francisco. Atualmente estão em funcionamento 123 km da obra que corta diretamente os municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Pariconha, Inhapi, Senador Rui Palmeira, Carneiros, Olho d'Água das Flores e São José da Tapera.

Com a instalação do Canal do Sertão, novos usos e novas técnicas vêm sendo desenvolvidas na região do Baixo São Francisco por pequenos usuários proprietários de pequenas propriedades familiares e pelo latifúndio, fazendo uso em maiores extensões de terras. Além disso, há um planejamento por parte da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para o desenvolvimento de uma fruticultura irrigada a partir da delimitação dos perímetros de irrigação.

Para os perímetros irrigados, a divisão do terreno será realizada conforme lotes de dimensões padronizadas, segundo a área do lote padrão para as zonas correspondentes, isto é, cada zona em que se planeja implementar o perímetro irrigado corresponde a um padrão correspondente à área. No Sertão, o perímetro irrigado é igual a 20 hectares (VIEIRA et. al., 2010). Em Delmiro Gouveia (Figura 1), segundo a SEMARH (2010, p. 23):

O perímetro atenderá uma área de 1.540ha, com 77 lotes tipos de 20 ha, com 5 ha irrigados. O ramal principal terá uma extensão de 5.902m e os ramais secundários somam 15.980m. A vazão de projeto da captação é igual a 338,80L/s. A cota do nível d'água no canal no local da tomada é, aproximadamente, igual a 274m. O desnível geométrico entre esse ponto e o ponto mais elevado ao longo da rede de distribuição é igual a 18m.

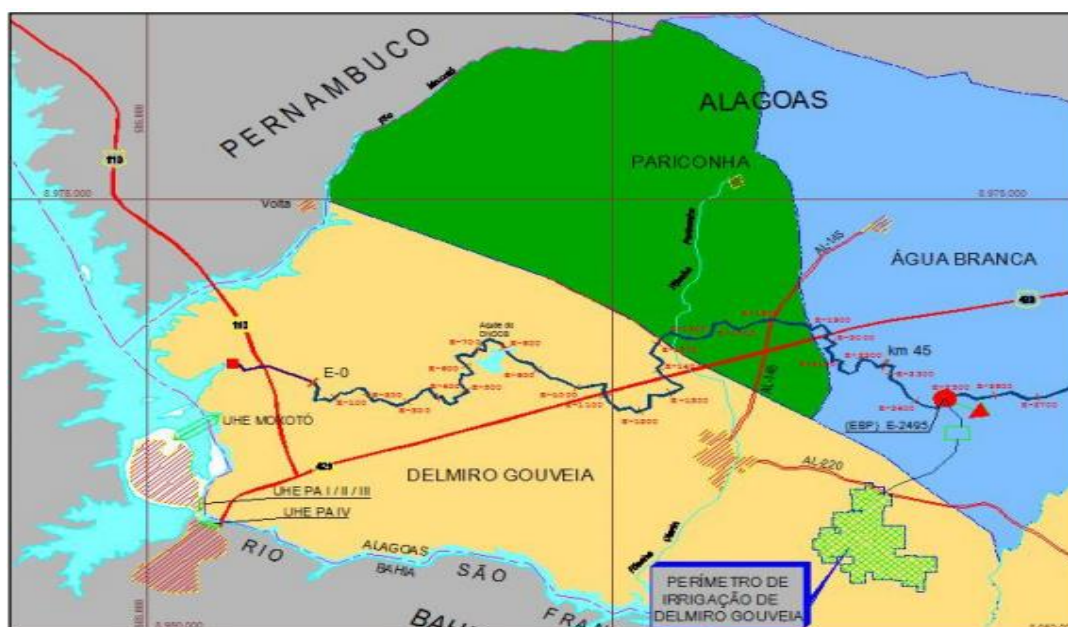


Figura 1: Perímetro irrigado de Delmiro Gouveia-AL.

Fonte: COHIDRO.

Segundo o engenheiro e professor Valmir Pedrosa, membro da gestão do Canal do Sertão, em parceria com a SEMARH, em palestra conferida ao Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente, o modelo para os perímetros de irrigação é um modelo misto, que agrega a produção comercial e a produção familiar (informação verbal). No entanto, em relatório apresentado pela SEMARH (2010, p.10-11), se descreve que:

A cultura a ser desenvolvida no Perímetro de Irrigação Delmiro Gouveia (PIDG) é basicamente a cultura do coco. A cultura do coco é bastante intensa em Alagoas. A demanda interna por coco, só em Alagoas, é superior ao produzido, até então. Indústrias de processamento de coco, como a SOCOCO, instalada em Maceió, tem ociosidade em sua planta industrial equivalente ao processamento de coco produzido em 3.000 hectares. Empresas como a citada, e outras empresas alagoanas, bem como de fora do Estado, já foram contatadas para participarem deste projeto e demonstraram interesse em ser, de acordo com modelo de Polo Integrado, o agente integrador para o mesmo. O projeto se resume aos seguintes módulos produtivos:

1. 48 lotes com aproximadamente 3,0 hectares cada;
2. 78 lotes para pequenos produtores com 6,0 hectares cada;
3. 22 lotes para médios empresários com aproximadamente 30,0 hectares cada;
4. 1 lote empresarial a ser explorado pelo Agente Integrador com aproximadamente 30,0 hectares (SEMARH, 2010, p. 13).

O PIDG totaliza uma área irrigada de 1.572 hectares, divididos em 148 lotes, que perfazem uma demanda estimada em 1.400 L/s; este valor de demanda é para o horizonte de implantação de 5 anos.

Portanto, não é de difícil conclusão que o estado de Alagoas projeta um modelo de cultura irrigada com prioridade para a produção empresarial. Além disso, o que foi possível observar em campo é que, mesmo as propriedades camponesas que vem fazendo uso das águas do Canal passaram a atender as demandas de mercado, monopolizadas pelas



corporações das sementes e dos agrotóxicos, como é facilmente observável na figura abaixo pelo próprio aspecto do cultivo.



Figura 2: produção de milho em Delmiro Gouveia-AL.
Foto: Felipe Ferreira, 2021.

Por fim, o que se infere é que no município de Delmiro Gouveia, a monopolização do território tem sido acompanhada por um aumento considerável do desenvolvimento da fruticultura irrigada e da forragem para ração animal. Este fenômeno implica em um concernente e inerente processo de modernização dos meios produtivos, que se materializam no espaço do semiárido alagoano a partir da introdução de novos objetos geográficos e novas ações nos territórios semiáridos de Alagoas, envolvendo um rearranjo geográfico que se manifesta desde o modo de produção até a espacialidade produzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação na queda da taxa média de lucro do capital, em seus momentos de crise, tem sido realizada na ampliação do modo de produção capitalista. Isso tem significado, ao mesmo tempo, a reprodução continuada do espaço e, conseqüentemente, a derrubada das barreiras naturais. Nesse sentido, o sistema metabólico do capital tem se alimentado da apropriação predatória do espaço, engendrando junto com a sua reprodução o que a sociedade burguesa convencionou chamar de crise ambiental.

Na verdade, a crise ecológica se aprofunda exatamente na segunda metade do século XX, quando os elementos que compõem a sociedade de classes se complexificam pós-



consenso de Washington, e as multideterminações que formam a totalidade dos Estados neoliberais permitem a derrubada das fronteiras aduaneiras, mas também das fronteiras naturais, deixando o capital avançar no Brasil sobre os seus seis biomas. Em resumo, “no sistema do capital, a natureza é transformada em mercadoria, deixando de ter valor de uso e passando a condição de valor de troca; a sua condição é gerar lucro, não para o bem-estar da sociedade humana mas para a privatização” (FONTENELE e CONCEIÇÃO, 2021, p. 71). Portanto, o que o mercado chama de crise ambiental, nada mais é que a reprodução metabólica do capital. Avançando por todos os lados, o capital se apropria das matas, do minério, do ar e da água.

O Estado, mediador da sociabilidade de homens e mulheres com o meio, tem gerenciado os recursos para atender as demandas do capital. Para isso, tem facilitado a expropriação e monopolização do território com a construção de grandes obras. Os canais de irrigação têm servido para atender este fim. O desenvolvimento da agricultura irrigada às margens do São Francisco, trouxe junto com este processo, os elementos do pacote da Revolução Verde, mecanizando o espaço agrário do semiárido brasileiro e fazendo uso de agroquímicos e de sementes transgênicas na produção de uma agricultura pouco diversificada.

Todos estes fatores estão relacionados à mundialização de capitais, resultando numa complexificação das regiões, principalmente da região Nordeste, no caso brasileiro, com o aprofundamento da Divisão Internacional do Trabalho que especializa cada vez mais os territórios e, ao mesmo tempo, ‘desregionaliza a economia regional’. O Sertão alagoano, antes alheio a este processo, passa a fazer parte da rota do capital e tem no Canal do Sertão o potencializador da sua acumulação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **A questão da água no Nordeste**. Brasília, DF: CCEE, 2020.

BEZERRA, H. E. **A gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Curu**. Fortaleza, 1997. Relatório de Qualificação – MAG, UECE.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: CVR, 2016.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

FONTENELE, A. C. CONCEIÇÃO, A. L. **Categorias marxistas e análises do processo de valoração e financeirização capitalista da natureza**. In: *Germinal, marxismo e educação em debate*. v. 13, p. 69-91, agosto de 2021.



FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: ESPJV, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza** In John Bellamy Foster; tradução de Maria Teresa Machado. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, C. U.; OLIVEIRA, C. F. de. Rio São Francisco: águas correm para o mercado. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, n. 2, v. 29, p. 113-125, julho/dezembro, 2009.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: LOYOLA, 2004.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, L. G. **A dinâmica imperialista contemporânea: capital sem fronteiras e sua (i)racionalidade apátrida.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, SÃO CRISTOVÃO, 2015.

MARX, K. **O Capital v. 1.** São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Indaé editorial, 2016.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SEMARH. **Relatório de atendimento a condicionantes para emissão de outorga definitiva.** Maceió, AL: SEMARH, Agosto de 2010.

_____. **Relatório de Gestão.** Maceió, AL: SEMARH, 2014.

VIEIRA, L. L et al. **A futura oferta de água pelo canal do sertão Alagoano.** Anais do IX Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 2010.